

PORTARIA Nº 1.308, DE 7 DE AGOSTO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 201ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 25 de julho de 2025, resolve:

DEFERIR a A.E.C., Processo nº 00135.202650/2025-29, recebido neste Ministério em 28/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1º-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 1.309, DE 7 DE AGOSTO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 201ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 25 de julho de 2025, resolve:

DEFERIR a L.C.S.R., Processo nº 00135.201783/2025-88, recebido neste Ministério em 21/01/2025, o requerimento de pensão especial prevista no art. 1º-A da Lei nº 11.520, de 2007, a título de indenização especial.

MACAÉ EVARISTO

PORTARIA Nº 1.310, DE 7 DE AGOSTO DE 2025

A MINISTRA DE ESTADO DOS DIREITOS HUMANOS E DA CIDADANIA, no uso de suas atribuições, e, tendo em vista o contido no art. 2º da Lei nº 11.520, de 18 de setembro de 2007 e na Ata da 201ª Reunião Ordinária da Comissão Interministerial de Avaliação, ocorrida no dia 25 de julho de 2025, resolve:

INDEFERIR os requerimentos formulados pelos reclamantes de pensão especial prevista no art. 1º-A da Lei nº 11.520, de 2007, constantes no Anexo desta Portaria.

MACAÉ EVARISTO

ANEXO

REQUERENTE	REQUERIMENTO SEI/MDHC
A.B.N.	00135.210240/2025-51
M.F.M.	00135.208485/2025-19
D.A.C.	00135.204565/2025-03
I.A.C.	00135.204559/2025-48
N.T.L.	00135.215427/2025-41
J.V.O.	00135.203181/2025-65

Ministério da Educação

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA

PORTARIA SEB/MEC Nº 35, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

A SECRETÁRIA DE EDUCAÇÃO BÁSICA, no uso da atribuição que lhe confere o art. 1º, inciso III, da Portaria nº 475, de 16 de março de 2023, e considerando o disposto no art. 7º, § 2º, da Portaria nº 1.774, de 1º de setembro de 2023, e nas Leis nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996, e nº 11.273, de 6 de fevereiro de 2006, conforme o processo administrativo nº 23000.024239/2023-75, resolve:

Art. 1º Ficam designados os seguintes membros e suplentes para compor a Comissão Permanente do Compromisso Nacional Criança Alfabetizada, instituída pela Portaria nº 1.773, de 1º de setembro de 2023:

I - Representantes do Ministério da Educação:

a) Diretoria de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica da Secretaria de Educação Básica (DPDI/SEB): Alessandro do Nascimento Santos, Diretor de Políticas e Diretrizes da Educação Integral Básica, como titular; e João Paulo Mendes de Lima, Coordenador-Geral de Alfabetização, como suplente;

b) Diretoria de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação da Secretaria de Educação Básica (DIFOR/SEB): Rita Esther Ferreira de Luna, Diretora de Formação Docente e Valorização dos Profissionais da Educação, como titular; e Lucianna Magri de Melo Munhoz, Coordenadora-Geral de Formação de Formação de Professores da educação Básica, como suplente;

c) Diretoria de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica da Secretaria de Educação Básica (DIMAM/SEB): Valdoir Pedro Wathier, Diretor de Monitoramento, Avaliação e Manutenção da Educação Básica, como titular; e Flávio Cirenio Fernandes, Coordenador-Geral de Monitoramento e Avaliação da Educação Básica, como suplente;

d) Diretoria de Apoio à Gestão Educacional da Secretaria de Educação Básica (DAGE/SEB): Anita Gea Martinez Stefani, Diretora de Apoio à Gestão Educacional, como titular; e João César da Fonseca Neto, Coordenador-Geral de Apoio às Redes de Educação Básica, como suplente;

e) Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização de Jovens e Adultos, Diversidade e Inclusão (SECADI): Caio de Oliveira Callegari, Coordenador-Geral de Equidade Educacional, como titular; e Lucas Fernandes Hoogerbrugge, Chefe de Gabinete, como suplente;

f) Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES): Antonio Carlos Rodrigues de Amorim, Diretor de Educação a Distância, como titular; e Marcia Serra Ferreira, Diretora de Formação de Professores da Educação Básica, como suplente;

g) Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (INEP): Silmary de Jesus Gonçalves Alvim, Chefe de Divisão de Questionários, como titular; e Melissa Castro de Oliveira Domingues, Assistente Técnica, como suplente;

h) Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação (FNDE): André Luis de Jesus Fernandes, Coordenador-Geral de Bolsas e Auxílios, como titular; e Rayane de Oliveira Carvalho, Chefe de Divisão de Pagamento de Bolsas e Auxílios, como suplente;

II - Representantes da sociedade civil e das associações de pesquisa que atuam na área da alfabetização:

a) Fórum Nacional de Educação (FNE): Darli de Amorim Zunino, representante da UNCME, como titular; e Pedro Neto Oliveira de Aquino, representante da MIEIB, como suplente;

b) União Nacional de Conselhos Municipais de Educação (UNCME): Ana Lúcia Rodrigues, Vice-Presidente da região Sul e Coordenadora Estadual da UNCME/PR, como titular; e Maria Conceição Silva Lima, Vice-Presidente da região Nordeste e Coordenadora Estadual da UNCME/PB, como suplente;

c) Fórum Nacional de Conselhos Estaduais de Educação (FONCEDE): Adriana Aparecida Burato Marques Buytendorp, Conselheira do Conselho Estadual de Educação do Mato Grosso do Sul, como titular; e Maria de Fátima Miranda de Lima, Vice-presidente do Conselho Estadual de Educação do Acre, como suplente;

d) Associação Nacional de Pós-Graduação e Pesquisa em Educação (ANPED): Ângela Maria Scalabrin Coutinho, Vice-presidente da região Sul, como titular; e Fabiany de Cássia Tavares Silva, Vice-presidente da região Centro-Oeste, como suplente;

e) Associação Nacional de Políticas e Administração da Educação (ANPAE): Luiz Fernandes Dourado, Presidente, como titular; e Romilson Martins Siqueira, Diretor - Executivo, como suplente.

f) Associação Brasileira de Alfabetização (ABALF): Gabriela Medeiros Nogueira, Presidente, como titular; e Fernando Rodrigues de Oliveira, Vice-Presidente, como suplente;

g) Associação Brasileira de Pesquisadores Negros (ABPN): Adilson Pereira dos Santos, Presidente, como titular; e Givânia Maria da Silva, Diretora das Áreas Acadêmicas, como suplente.

Art. 2º Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

KÁTIA HELENA SERAFINA CRUZ SCHWEICKARDT

SECRETARIA DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA

PORTARIA Nº 32, DE 6 DE AGOSTO DE 2025

Institui Grupo de Trabalho para elaboração e apresentação de proposta de atualização da Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II.

O SECRETÁRIO DE EDUCAÇÃO PROFISSIONAL E TECNOLÓGICA DO MINISTÉRIO DA EDUCAÇÃO, no uso das atribuições que lhe foram conferidas pelo art. 18, Anexo I, do Decreto nº 11.691, de 5 de setembro de 2023, resolve:

Art. 1º Fica instituído Grupo de Trabalho (GT) para elaboração e apresentação de proposta de atualização da Portaria MEC nº 713, de 8 de setembro de 2021, que estabelece diretrizes para a organização dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia e Colégio Pedro II, define parâmetros e normas para a sua expansão e dispõe sobre a criação e implementação do modelo de dimensionamento de cargos efetivos, cargos de direção e funções gratificadas e comissionadas, no âmbito dos Institutos Federais de Educação, Ciência e Tecnologia, dos Centros Federais de Educação Tecnológica e do Colégio Pedro II.

Art. 2º O Grupo de Trabalho tem as seguintes atribuições:

- I - identificar e propor critérios a serem utilizados na análise de solicitações de alteração de tipologias e criação de novas unidades de ensino;
  - II - revisar as tipologias das unidades da Rede Federal definidas na Portaria MEC nº 713, de 2021, e suas alterações;
  - III - elaborar proposta de ajustes na composição do modelo de dimensionamento de cargos efetivos de técnicos-administrativos em educação;
  - IV - revisar a base conceitual, a vinculação administrativa e as possibilidades de realização de parcerias relativas aos Centros de Referência na oferta de cursos de educação profissional e tecnológica; e
  - V - elaborar e apresentar relatório final.
- Art. 3º Para a composição do Grupo de Trabalho, serão indicados os seguintes representantes:

- I - quatro membros titulares e suplentes da Secretaria de Educação Profissional e Tecnológica; e
  - II - quatro membros titulares e suplentes do Conselho Nacional das Instituições da Rede Federal de Educação Profissional, Científica e Tecnológica.
- Parágrafo único. Os representantes de que trata este artigo poderão ser substituídos, a qualquer tempo, por indicação dos respectivos dirigentes e designados pelo Secretário de Educação Profissional e Tecnológica.
- Art. 4º A Coordenação do Grupo de Trabalho terá as seguintes atribuições:

- I - convocar e coordenar as reuniões do GT;
  - II - organizar os trabalhos, distribuir tarefas e consolidar as contribuições dos membros;
  - III - deliberar, nos casos de empate, sobre os encaminhamentos e as proposições do GT;
  - IV - acompanhar o prazo para conclusão dos trabalhos do GT e, se necessário, solicitar prorrogação; e
  - V - apresentar ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica o relatório final dos trabalhos, acompanhado da proposta normativa resultante.
- Art. 5º A Secretaria-Executiva do GT será exercida por servidor indicado pela Diretoria de Desenvolvimento da Rede Federal.
- Parágrafo único. À Secretaria-Executiva do GT compete:
- I - convocar os integrantes para reuniões;
  - II - gerir a agenda do GT;
  - III - tratar de preparativos para as reuniões do GT;
  - IV - elaborar atas e memórias de reunião; e
  - V - preparar outros documentos relacionados às competências do GT.

Art. 6º As reuniões do GT serão mensais e ocorrerão, preferencialmente via webconferência, mediante convocação de sua Coordenação por e-mail com antecedência mínima de setenta e duas horas, e terão quórum mínimo de cinquenta por cento de sua composição.

- § 1º Os encaminhamentos e as proposições ocorrerão preferencialmente por consenso ou, quando este não for alcançado, por maioria simples.
  - § 2º Caberá à Coordenação do GT deliberar apenas em caso de empate.
  - § 3º Casos omissos serão deliberados pelo Coordenador do GT.
  - § 4º Eventuais reuniões extraordinárias serão convocadas pela coordenação do GT, com antecedência mínima de dois dias.
  - § 5º A participação dos membros do GT, no formato presencial, não implicará emissão de passagem aérea e/ou pagamento de diárias pela Setec.
- Art. 7º A participação dos membros no GT será considerada prestação de serviço público relevante não remunerado.
- Art. 8º Poderão participar das reuniões, a critério e convite da coordenação do GT, especialistas e técnicos, com objetivo de prestar informações ou de contribuir sobre as matérias em pauta.

Art. 9º O GT terá o prazo de cento e oitenta dias para conclusão dos trabalhos e apresentação de relatório final ao Secretário de Educação Profissional e Tecnológica.

Parágrafo único. O prazo de que trata o caput poderá ser prorrogado por mais noventa dias, a pedido da Coordenação do GT e por decisão do Secretário de Educação Profissional Tecnológica.

Art. 10. Esta Portaria entra em vigor na data de sua publicação.

MARCELO BREGAGNOLI

